



Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos

LEGALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

(Art.º 102-Aº do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e Art.º 8º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Avis)

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO
Reg.n.º _____ Liv.º _____ Proc.º n.º _____ N.ºDoc. _____ _____ _____ _____/_____/20_____ O FUNCIONÁRIO,	Encaminhar para / Para Gestor de Procedimento _____ _____ _____/_____/20_____ O DIRETOR do DOUSU,

*Ex.mo Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Avis*

REQUERENTE

(1) _____,
contribuinte fiscal n.º _____, com sede/morada no(a)/em _____,

telefone _____ e endereço electrónico _____,
na qualidade de (2) _____

PRETENSÃO

Vem requerer, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, a regularização da operação urbanística abaixo identificada, realizada no prédio rústico/urbano/misto(3), localizado no(a)/em _____
_____, inscrito na matriz predial sob o Art.º n.º _____, Secção _____ da freguesia de _____ e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____.

Operação urbanística a submeter a legalização:

Construção Ampliação Alteração de edifício Demolição Outras operações urbanísticas não isentas de controlo prévio Regularização de Obra licenciada/comunicada a coberto do Processo n.º ____/____, datado de ____/____/____

Autorizo que as notificações no âmbito desta comunicação sejam realizadas por via electrónica, nos termos do Art.º 121º do RJUE

Pede deferimento,

_____/_____/20____

O REQUERENTE, _____

C.Cidadão/B.I. n.º....., Válido até/...../.....

(1) - Nome do requerente, seja pessoa singular ou colectiva. Neste último caso, deverá referir em que qualidade o faz, juntando comprovativo dessa qualidade e apresentar documento que a tanto o autoriza; (2) - Proprietário, mandatário, usufrutuário, superficiário, promitente comprador; (3) Riscar o que não interessa;

DOCUMENTOS ANEXOS

- Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade do requerente
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor, emitida pela Conservatória do Registo Predial, referente ao(s) prédio(s) objecto da pretensão
- Código de acesso à Certidão Permanente do Registo Predial
- Alvará de Licença / Comunicação Prévia da operação urbanística correlacionado com o pedido
- Planta de Localização e Enquadramento, à escala adequada, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área objecto do pedido (*de acordo com os dados do GeoPortal em cm-avis.pt*)
- Extracto da Planta de Ordenamento e Condicionantes do PMOT
- Registo Fotográfico
- Termo de Responsabilidade do(s) Autor(es) do(s) Projecto(s), acompanhado de declaração de inscrição em ordem ou associação profissional e de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos
- Memória Descritiva, com identificação e caracterização da legalização, enquadramento nos PMOT's em vigor, indicação de condicionamentos aplicáveis, identificação e fundamentação para não cumprimento de normas técnicas ou regulamentares, programa funcional e quadro sinóptico com índices e parâmetros urbanísticos iniciais e resultantes da operação
- Comprovativo(s) da data de execução das obras a legalizar
- Indicação dos Projectos de Especialidade cuja dispensa se requer
- Projecto de Arquitectura
- Projectos de Especialidade, acompanhados dos respectivos termos de responsabilidade e comprovativo de contratação de seguro dos técnicos:
Estruturas e Estabilidade; Infraestruturas de Água, Esgotos e Drenagem de Águas Pluviais; Infraestruturas Electrotécnicas; Infraestruturas de Telecomunicações; Infraestrutura de Gás; Instalações Electromecânicas; Projecto de Segurança contra Incêndios; _____;
- _____